

Um guia de boas maneiras dos anos 1950: micro-interações e práticas interpessoais em uma leitura de “Boas Maneiras”, de Carmen D’Ávila

A 1950's politeness guide: micro-interacional interpersonal practices in Carmen D’Ávila “Good Manenrs”

Luís Mauro Sá Martino¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5099-1741>

[**resumo**] Este artigo delinea alguns aspectos da comunicação interpessoal em nível micro relativos à polidez e às boas maneiras presentes em “Boas maneiras”, manual de etiqueta e civilidade escrito por Carmen D’Ávila nos anos 1930. O objetivo é indicar como algumas interações cotidianas aparentemente insignificantes são, na verdade, planejadas para o melhor desempenho social possível em todas as ocasiões. A partir de uma leitura do livro pautada sobretudo em algumas concepções de Goffman, argumenta-se que as micro-interações polidas dependem, segundo o livro estudado, de três elementos principais: (1) as condições sociais de emergência do conceito de “polidez” no ambiente urbano moderno; (2) a dinâmica e os limites de cada interação e (3) o objetivo das fala, gestos e expressões corporais em uma determinada situação.

[**palavras-chave**] **Comunicação interpessoal; Polidez; Boas Maneiras; Goffman.**

¹ Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor da Faculdade Cásper Líbero e professor-visitante do PPGCom/UFMG. Email: lmsamartino@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0251927939615742>

[abstract] This paper outlines some aspects of micro-level interpersonal communication concerning politeness and good manners, as stated in “Good Manners”, a 1930s manual of etiquette and civility by Carmen D’Ávila. The goal is to outline how some apparently insignificant everyday communicative interactions are, actually, acutely planned by people towards the best possible social performance in every occasion. Drawn on a reading of the book grounded mainly on Goffman’s approach, the paper argues that polite micro-interaction, as stated by the book, depends on three main elements: (1) the conditions that allows a polite interaction as part of a bigger picture of urban convivence in Modernity, (2) the dynamics and boundaries of each interaction and (3) the goal of speech, gestures and body expressions in a given situation.

[keywords] **Interpersonal Communication; Politeness; Good Manners; Goffman.**

Recebido em: 21-01-2024.

Aprovado em: 11-03-2025.

DOI: <https://doi.org/10.26563/dobras.v18i44.1706>

Introdução

O estudo de manuais de boas maneiras para a compreensão de tramas mais amplas das práticas sociais parece ter um espaço consolidado na pesquisa na área de Humanas. Trabalhos como os de Medeiros (2017; 2018), Santos e Cunha (2018), Santos (2018), Rocha (2018), Pilla (2018), Alves e Becker (2019) ou Medeiros e Siciliano (2022) sugerem o interesse despertado por esse tipo de literatura na última década.

Trata-se de um lugar privilegiado de observação do que se entende ou espera como sendo a maneira correta de performance das interações sociais em um determinado tempo e lugar. Indicador das condutas vistas como mais apropriadas a cada tipo de interação, manuais de etiqueta permitem que sejam encontrados indícios, no sentido de Ginzburg (2008), das concepções de uma sociedade – ou da parte que produz e consome esse tipo de discurso – a respeito de si mesma.

Como destaca Penelope Brown (2015, p. 326), a polidez e as boas maneiras se apresentam como partes de uma trama ampla de fatores históricos, políticos e sociais. Aprendidas ao longo da trajetória social dos sujeitos, normas de polidez e comportamento encontram um espaço de objetivação, dentre outros lugares, em livros de etiqueta, manuais de boas maneiras e recomendações de comportamento, em uma literatura que remonta, segundo Rocha (2018) e Medeiros (2018), ao século XVI.

Em termos teóricos, nota-se nesses trabalhos um aporte a partir de Norbert Elias (2006) referentes à ideia de “processo civilizador”, uma vez que se trata de manuais de “boas maneiras” e “civildade”. Por seu turno, uma abordagem a partir de Goffman (2010; 2015), sobretudo da noção de “face”, em Kalekin-Fishman (1988), Picard (1992; 1996) e Penelope Brown (2015), derivando para questões de linguagem em Vikki (2002), Blitvich (2010), Nodoushan (2012), Haugh e Chang (2016).

A literatura relativa à etiqueta e boas maneiras desce ao micro-nível de detalhamento das interações comunicacionais, permitindo a compreensão desse tipo de interação – ou, em termos mais precisos, das prescrições normativas relativas a alguns tipos de comunicação nas relações interpessoais. Enquanto categoria de interação, assinala Tatjana Rusko (2014, p. 93), a polidez é uma garantia de sucesso na comunicação a partir do aprofundamento dos contatos sociais.

Rudick e McGeouch (2019) mostram as possibilidades de pensar o tema a partir de suas dimensões performativas, enquanto Watts (2011), Marina Terkaroufi (2011), Isabelle Van der Bom e Karen Grainger (2015) e Van der Bom e Sara Mills (2015) apresentam trilhas históricas e genealógicas dos estudos sobre polidez dentro de um viés linguístico-pragmático, mostrando aspectos interdisciplinares, mas pautado nos pressupostos interacionais do tema.

Este texto delinea algumas dimensões das interações sociais apresentadas como corretas em “Boas Maneiras” escrito por Carmem D’Ávila (1951). A escolha se deve à sua tiragem e número de edições: o exemplar estudado nesta pesquisa, de 1951, informa que o livro está em sua 8ª edição, com 69 mil cópias impressas. O manual é estudado, em outras perspectivas de interpretação, por Santos (2017), Strang e Santos (2017), Cunha e Santos (2017), Alves e Becker (2019); dialoga-se também, apesar das diferenças de objeto, com Medeiros (2017) e Medeiros e Siciliano (2022).

O livro de D’Ávila foi publicado pela Civilização Brasileira. Não há indicação do ano original de edição, o que não permite saber quanto tempo levou para se chegar a esse número de vendas. A intenção da obra é definida pela autora na primeira folha:

Este livro é um secretário particular, confidente discreto dos pequeninos embaraços da nossa vida em sociedade. A edição que hoje vem a público é a oitava, e, como das outras vezes, não me ocorre a quem possa eu oferecer um só dos exemplares... Porque foi precisamente na convivência fidalga de todos quantos me cercam, que aprendi as lições que aqui deixo (D’Ávila, 1951, p. V)

Os “pequeninos embaraços” estão entre os objetos das análises de Erving Goffman (1978; 2010; 2012) quando fala de “micro-estudos da ordem social”. No caso, trata-se sobretudo de pensar nas melhores maneiras de agir para evitar constrangimentos, situações embaraçosas e, no limite, vergonha. Esses sentimentos, sugere o sociólogo canadense, estão entre as principais formas de poder, controle e manutenção da ordem social. O sucesso nessas interações em escala micro significa não apenas conhecer elementos dessa ordem como também participar, em alguma medida, de seu estabelecimento e prosseguimento. É

sobretudo a partir da análise em micro-escala que é feita a leitura do livro, procurando tecer alguns fios entre essas pequenas interações e outros aspectos das práticas sociais. A escolha de um objeto situado historicamente no passado se apresenta também como oportunidade de verificar alguns modos de endereçamento dessas questões naquele momento.

Optou-se por trazer os acionamentos conceituais ao longo do texto, acompanhando, quando possível, as especificidades do objeto empírico. Os balizamentos teóricos, na medida em que cabe esse procedimento, são entrelaçados com o discurso presente no objeto. A convocação de referências não se dá no sentido de buscar um trabalho filigranado de aproximação teórica, mas de intersecção possível com o objeto. Nas citações diretas foi preservada a grafia original das palavras do livro.

Outro aspecto é o caráter situacional dessa literatura: suas recomendações se apresentam em situações de interação social tipificadas em termos de suas condições, dinâmicas e objetivos. É possível, a partir de Braga (2010) e Goffman (2010) compreender esses três pontos de interação comunicacional: Condições em termos daquilo que torna possível a ocorrência de uma determinada situação, na qual ocorrem dinâmicas de um tipo específico, de acordo com a gama de possibilidades de um roteiro elástico, mas não indefinidamente maleável, voltada para um objetivo exterior à própria interação.

No que se segue, o texto se estrutura a partir desses três pontos, destacados na leitura de “Boas Maneiras”, de D’Ávila (1951): (1) as condições de efetivação das práticas de polidez frente às dinâmicas da Modernidade; (2) dinâmicas e a delimitação de episódios de interação e (3) objetivos das micro-interações nas manifestações de gestualidade e postura corporal.

Condições de possibilidade de uma interação polida

A emergência de uma literatura de etiqueta e polidez está relacionada a um momento histórico da Modernidade quando o surgimento de uma nova classe política e econômica, a burguesia, trazia não apenas o desejo da eclosão de um modelo econômico de mercado, mas também reivindicava, em termos de vida, a herança de uma aristocracia da qual ocupava o lugar. Manuais de etiqueta e boas maneiras estão situados em um momento de afirmação de um modelo sócio-econômico que se apresentava igualmente interessado em mostrar seu domínio no âmbito das interações sociais (Malherbe, 2006; Picard, 2009).

O livro de D’Ávila se insere dentro de um espaço temporal relativamente amplo: a edição estudada neste artigo é de 1951, mas a literatura específica sobre o objeto indica que ele teria sido publicado em 1930; trata-se, portanto, de um intervalo de cerca de vinte anos balizado sobretudo pelo governo de Getúlio Vargas, a emergência de uma classe média urbana, nas grandes cidades que, sem evidentemente pertencer a uma aristocracia política ou econômica, procura ser, de algum modo, caudatária desse estrato social a partir da adoção – ainda que adaptada – de algumas de suas práticas (Fausto, 2010).

Em particular, as transformações econômicas da sociedade, na trilha de um capitalismo tardio que sucede formações predominantemente agrárias do século anterior, levam à formação de uma nova classe média urbana que convive, ao mesmo tempo, com uma recém-formada aristocracia industrial, com os remanescentes do poder econômico agrícola, de um lado, e com as classes operárias e populares, formadas por trabalhadoras e trabalhadores urbanos.

A polidez e as boas maneiras, nesse sentido, se apresentam como formas privilegiadas da classe média demonstrar sua proximidade com as parcelas mais altas da população, com a qual se identifica em termos políticos, mas, sobretudo, se distanciar das classes populares, das quais estão economicamente muito mais próximas. Desse modo, se a distinção de classe não pode ser estabelecida imediatamente em termos financeiros, sobretudo por conta do contexto econômico daquele momento, ela será definida a partir das atitudes, modos e estilo de vida.

A elaboração e circulação em maior escala de manuais de etiqueta e comportamento adequado parece estar diretamente ligado ao que Elias (2006) denomina como “processo civilizador”. Em sua obra homônima, o sociólogo alemão se debruça sobre o desenvolvimento de todo um sistema de etiqueta, boas maneiras e comportamentos originalmente desenvolvidos nas cortes da Europa ocidental referentes a um abrandamento dos modos e costumes, voltado para o refinamento de atitudes que permitiria uma convivência mais harmoniosa, ainda que superficial, entre a nobreza – uma relação mais civil, de onde o termo “civildade” e a proposta de Elias sobre o elemento “civilizador”.

É importante notar que esse processo, em sua perspectiva, não foi uma dimensão cosmética das práticas interpessoais dissociada de outros elementos. Sua proposta busca examinar uma correlação entre o fortalecimento dos estados nacionais, no momento de ascensão da burguesia, e a adoção de um refinado – e detalhado – código de etiqueta e procedimentos pelas pessoas da corte, de onde a “cortesia” como palavra derivada desse processo. Desse modo, civilização e cortesia parecem derivar de uma origem política e social comum.

No livro de Carmem D’Ávila, o prefácio de Cezar Netto destaca esse parentesco entre as boas maneiras e a ética, pensada em termos de uma normatividade do social que, embora esteja fora da esfera jurídica, é igualmente importante para a efetivação das práticas sociais. O autor traça um quadro histórico de uma progressiva transformação dos costumes ao longo dos últimos séculos, indicando como a polidez das maneiras é fruto de políticas que tinham, como objetivo, promover uma melhor convivência entre as pessoas.

A lei ética e a lei da cortezia, que é também, até certo ponto, uma modalidade daquela, são, pois, complementos essenciais dos preceitos com que, preservando a coexistência dos indivíduos, os Estados mantêm a própria estabilidade. Si a primeira é a substância da norma jurídica, a segunda não lhe é somenos na função de suavizar os costumes e plasmar o coração (Netto in D’Ávila, 1951, p. VIII)

As práticas relacionadas à etiqueta, boas maneiras e cortesia ultrapassam os espaços da nobreza e se espalham por um tecido social mais amplo, composto sobretudo por representantes da burguesia que, na adoção dessas práticas, encontram um princípio de reivindicação de um *status* mais alto para si mesmos na sociedade. No caso, isso se efetiva a partir do conceito de “elegância”, em uma leitura específica:

O conceito de elegância é construído socialmente baseado em um conjunto de códigos: elegância passa não só pela vestimenta, mas também pela postura, pela contenção dos gestos, pelo modo de falar, pelo modo de ser. E tais códigos possibilitam que determinada pessoa seja lida socialmente como civilizada, como elegante (Medeiros; Siciliano, 2022, p. 148).

Aspecto dos mais visíveis nas práticas cotidianas, a etiqueta e as boas maneiras são reveladores do espaço social ocupado por uma pessoa, sobretudo por serem frutos de um aprendizado social voltado para a relação com os outros. Tanto quanto a roupa, e nesse sentido se está muito próximo das dinâmicas do campo da moda, a etiqueta e os modos estão constantemente na superfície das interações sociais, e raramente podem ser dissimulados – exceto enquanto estratégia. Uma recomendação da autora no início do livro indica esses pontos:

Não se caminha balançando o corpo como um velho piloto, nem com o passo saltitante como o Pisa-flores do século XVI. Não se balançam os braços ao andar. Basta firmar o polegar sobre a palma da mão para conservá-los em perfeita imobilidade. Não se volta a cabeça para todos os lados; não se acompanhar alguém com um olhar insistente; não se chama por acenos uma pessoa que passa; não se fala e não se ri alto; não se fazem gestos e não se anda de mão no bolso (D'Ávila, 1951, p. 4).

Vale destacar, nesse sentido, o que Claudine Haroche (2004) estuda como a “força do olhar” na democracia: a rua, enquanto espaço democrático, não pode se converter em um espaço de vigilância e monitoramento. Daí a perspectiva de que a civilidade implica também no controle do olhar, como no trecho destacado. Visto dessa perspectiva, a título de exemplo, o ato de olhar e saudar alguém, em todas as suas nuances e minúcias, reveste-se de um componente político na medida em que a escolha de quem cumprimentar, o tempo gasto para tanto, a gestualidade envolvida, os movimentos e posicionamentos de corpo e elementos correlatos são indicadores de uma ordem social que antecede e preside esse tipo de interação.

A dimensão da interação, salienta Braga (2004), é parte fundamental do contexto da comunicação, e, de certo modo, os manuais de etiqueta e boas maneiras são voltados para o sucesso das práticas comunicacionais em situações de interação social bastante específicas.

A literatura de boas maneiras e etiqueta, em geral, dedica um espaço significativo em relação ao corpo, em particular aos seus movimentos e gestos, mas também, de modo igualmente intenso, ao seu controle. Saeko Fukushima (2004; 2015) destaca a necessidade de retomar aspectos do que denomina “polidez não-linguística”, identificada a partir de atitudes, comportamentos e posicionamentos de um indivíduo em relação aos outros. O livro de Carmem D'Ávila, nesse aspecto, dedica um espaço considerável a esse tipo de interação na qual o gesto, a expressão facial e o movimento do corpo ganham precedência sobre o verbal.

O refinamento de atitudes e ações está ligado, nesse sentido, ao domínio – e, sobretudo, ao auto-domínio – das ações, dentro de uma perspectiva que, talvez mais do que à performance, remeta em alguns momentos à coreografia. A polidez está ligada a uma expectativa de sincronia mútua dos movimentos dos participantes – o que permite presumir, igualmente, que todas as pessoas envolvidas em uma situação estejam plenamente cientes das regras. Isto parte de um aspecto coreográfico das interações indicado no capítulo sobre cumprimentos:

Um cavalheiro cumprimenta uma senhora em primeiro lugar (aos tímidos uma senhora poderá animá-lo com um olhar); o inferior, ao superior hierárquico; o mais moço, ao mais velho. – Um senhor de idade, porém, pode cumprimentar em primeiro lugar a um rapaz acompanhado de senhoras (D'Ávila, 1951, p. 20).

Quando, em uma interação, um dos participantes não conhece esses códigos, há um movimento de sanção mais ou menos explícita por parte do resto do grupo, provocando uma situação de embaraço, vergonha ou deslocamento. As divisões de classe social parecem se apresentar com especial força no âmbito da etiqueta e das boas maneiras: os manuais, historicamente, são escritos a partir da concepção de uma classe dominante, uma burguesia que busca emular a nobreza, e voltado para a essa mesma parcela da sociedade.

Se, inicialmente, esse tipo de procedimento era pautado por uma perspectiva de distinção de classe, é possível notar um movimento no sentido de buscar uma pretensão de universalidade: as “boas maneiras”, na sociedade burguesa do século XIX, torna-se sinônimo de “educação”, rementendo também à ideia de “finura” e “polidez”.

Há, nesse ponto, elementos de manutenção de classe e mesmo de estratégias matrimoniais: é entre os filhos da “alta sociedade” que serão celebrados os casamentos dentro de famílias próximas em termos sociais e econômicos. Marina Terkourafi (2011, p. 160) destaca as “recompensas sociais” da polidez enquanto estratégia de convívio: mostrar polidez é procurar um acesso franqueado a determinados espaços sociais anteriormente interditos a quem não possui um código.

A inserção de recém-chegados a esse estrato não é definida apenas em termos financeiros, mas também em termos de conhecer as regras da microcomunicação observada em rituais de etiqueta, assim como a demonstração de “bons modos”: quem falha nesse tipo de teste de aptidão é estigmatizado como resultado do descompasso entre um capital financeiro alto, mas que não é secundado por um conjunto de práticas sociais e culturais semelhantes – a expressão “novo rico” sugere que a aceitação desse tipo social era parcial. Estas considerações nascem a partir de um trecho do livro sobre a recusa a um pedido de casamento:

Imaginemos, porém, que a resposta é uma recusa. (...) Ao pai do rapaz, o pai da moça pede um prazo para consultar a família, e dentro de três ou quatro dias no máximo procura, pessoalmente, o pai do rapaz e apresenta as evasivas que lhes possam atenuar o golpe (D'Ávila, 1951, p. 270).

É sintomático que Goffman (1953), em seu primeiro trabalho publicado, tenha se dedicado a estudar o lugar dos símbolos de classe nas interações sociais, mostrando como, para além desse núcleo hegemônico que se auto-outorgava o direito de indicar quais eram as atitudes e comportamentos “corretos”, todo o resto do social era classificado em termos não apenas da posse de determinados bens, mas, sobretudo, de sua capacidade de se modular suas ações de acordo com as minúcias das expectativas formuladas pelos grupos dominantes. “As regras apresentadas no livro foram criadas para uma sociedade hierarquizada e reforçavam práticas cotidianas para mostrar o lugar social de cada indivíduo” (Strang; Santos, 2017, p. 17).

A ruptura desse circuito, quando ocorria entre iguais – a linha, recorda Goffman (2015), é situacional – era entendida como falha momentânea, a “gafe” ou o “ridículo”, tanto

mais imperdoável quanto se tinha consciência do erro. Notou-se isso a partri de uma preocupação exposta pela autora logo no início do livro:

Na rua, a “linha” impõe toda a discreção de maneiras. As expansões, mesmo justificadas, entre dois entes que se querem, quando expostas, tornam-se ridículas (D’ávila, 1951, p. 3).

Em “Boas Maneiras”, isso se reflete no tom de recomendações e nas menções presentes a pessoas de classe social considerada “inferior”, mas plenamente cientes desse tipo de regra. Os processos de apresentação, recorda Goffman (2010), são planejados para ressaltar o caráter polido de uma das pessoas em contraste com o constrangimento gerado pela simples presença de outra de menor status. Essa hierarquização social pode ser observada em vários momentos do livro quando pessoas situadas em níveis diferentes se encontram, questões que emergem a partir da leitura do livro, como no trecho a seguir:

O inferior deixa sempre o superior passar em primeiro lugar, assim como um cavalheiro cede o passo a uma senhora. Ao aproximar-se de uma porta, um cavalheiro dá um passo atrás, dizendo: – Queira passar, minha senhora! A dama aceita e agradece com um sorriso. (...) Entre duas senhoras, a mais velha tem a primazia; mas, como acontece, às vezes, que as senhoras de uma *certa idade* não têm mais uma *idade certa*, convem convidá-la, mas nunca insistir a ponto de provocar discussões (D’ávila, 1951, p. 14)

Mas a quais situações, efetivamente, essas recomendações se dirigem? Isso conduz ao próximo ítem.

Dinâmicas e a delimitação de episódios de interação na polidez

A noção de “situação social” utilizada no livro de D’Ávila pode ser lida a partir, entre outros, das considerações Goffman (2012) ou Winkin e Leeds-Horwitz (2016). Pautado nesses autores, pode-se considerar uma situação social como uma interação delimitada em termos de seus limites físicos e temporais, seus participantes e objetivos. Situada em um lugar definido que, por si só, já indica as possibilidades de interação, tem uma duração limitada, com início e fim geralmente demarcados. Seus participantes estão vinculados pela co-presença e por estarem potencialmente abertos para algum tipo de interação dentro dos parâmetros de espaço e tempo que formam os limites externos da situação. Finalmente, ainda seguindo a autora e os autores citados, uma situação tem algum tipo de finalidade ou objetivo, que pode tanto estar contido em seus próprios limites quanto remeter a algo externo.

É nas situações sociais que os indivíduos são demandados a mostrar suas capacidades e competências na interação com os outros. A co-presença, recorda Goffman (2012), é suficiente para gerar uma alteração nos indivíduos, podendo levar a envolvimento de variados graus.

Nesses momentos a demanda pela performance de um comportamento adequado aparece com mais força: é esperado, de cada indivíduo, saber como se comportar em uma

situação. A ideia de “traquejo social”, isto é, a maleabilidade para se adaptar corretamente a cada situação, reflete esse tipo de expectativa mútua de ação.

Não é de estranhar, portanto, que o livro de D’Ávila comece por interações sociais comuns, em uma situação de encontro e saudação na rua. Essa situação é caracterizada por ser consideravelmente efêmera, limitada espacialmente pelo fluxo de outras pessoas que, por isso mesmo, constrange os participantes a uma rapidez para formar e desfazer o momento de interação. Essa compartimentação no espaço e no tempo torna ainda mais necessário – segundo se depreende do livro – estar de posse do repertório de civilidade esperado, bem como da capacidade de acioná-lo imediatamente. Mais ainda, espera-se que não exista nenhum questionamento dos procedimentos, uma vez que estão ancorados na mentalidade: “A validade dos manuais de etiqueta e boas maneiras remete não somente ao caráter provisório e incompleto da formação social mas, também, à presença de elementos estruturais sob os quais se constituem as relações sociais” (Cunha; Santos, 2017, p. 198).

Foi possível identificar isso a partir da leitura deste trecho:

Durante os passeios, os homens pagam tudo: cadeiras dos jardins e de cinema, comestíveis, bebidas, condução, flores, etc. Às senhoras compete apenas aceitar, agradecer sempre, e não abusar nunca nem dar ordens, deixando ao companheiro o papel de anfitrião (D’Ávila, 1951, p.5).

Vale examinar mais de perto esse trecho. Trata-se de recomendações para homens e mulheres andando na rua. Para os homens, é possível depreender que estão em horário de trabalho, indo de uma atividade para outra nas ruas de uma movimentada capital. As mulheres, no entanto, raramente são apresentadas dessa maneira: em 1950, o trabalho feminino se limitava ao espaço doméstico, com exceções abertas à docência na educação infantil e na atuação episódica, quando solteira, como secretária em empresas ou escritórios.

Essas questões figuram no livro, ainda que de maneira indireta. Este trecho sobre o uso de elevadores permite observar alguns aspectos disso:

Os Ascensores

Produto do arranha-céu, recindo anti-higiênico, veículo coletivo sempre incomodo (...) os ascensores precisam, ao menos, ter o adorno das boas maneiras. (...) Nas lojas de artigos femininos, nos prédios de apartamentos, nos hotéis, nas salas de chá, assim como nos clubes, os homens descobrem-se nos elevadores; mas nos edifícios somente de escritórios ou repartições públicas, onde as senhoras aparecem acidentalmente, não são obrigados a essas cortesias (D’Ávila, 1951, p.15).

A chegada de grandes edifícios de escritórios demandam atenção especial às interações nesses espaços. Trata-se, no entanto, de uma modernização seletiva: as mulheres frequentam “acidentalmente” escritórios ou repartições públicas.

Mas de qual “trabalho feminino” se está falando? Parece haver um implícito de classe e raça presente no texto: mulheres brancas empobrecidas, bem como trabalhadoras negras,

certamente estariam nesse mesmo espaço público, compartilhando as calçadas e, portanto, vinculadas à mesma expectativa de saudar e serem saudadas. No entanto, estão presentes apenas no avesso do discurso do livro.

Manuais de etiqueta e boas maneiras são produções carregadas de aspectos que os ligam a passados remanescentes e, teoricamente, atuam no viver das sociedades que, em diferentes conjunturas, demandam por balizas norteadoras da vivência e da adequação de homens e mulheres às transformações culturais (Santos, 2017, p. 5).

A literatura de bons modos e civilidade é voltada para uma estreita faixa social que pode ser dar ao luxo de manter uma divisão do trabalho pautada não apenas em uma oposição binária entre homens e mulheres, mas no complemento atribuído à presença no espaço público e espaço particular. Essa dinâmica, lembra Estelle Ferrarese (2002) está ligada ao estabelecimento de uma normatividade pautada em regras de civilidade.

Evidentemente não se deixa de lado a possibilidade de existência de exceções, potências de agenciamento de sujeitas nas condições descritas ou formas outras de resistência a esse tipo de condição. Se, para além da superfície – não superficialidade – das interações for possível observar alguns dos atravessamentos do social que percorrem as situações descritas pelo livro, pode-se encontrar variáveis de posição e posicionamento no espaço social. Trata-se, portanto, da regulação de condutas em situações sociais delimitadas, em última instância, por um espaço urbano em expansão, que traz em si, recorda Milton Santos (1997), uma série de desigualdades já em sua concepção.

As interações são restritas pelas possibilidades de, efetivamente, se ter consciência do espaço social prescrito e ocupado. Na literatura de etiqueta e boas maneiras, saber se comportar é, sobretudo, saber se colocar no devido lugar, isto é, reconhecer o sentido das hierarquias sociais, identificar as posições que se pode ou não ocupar e como, a partir disso, as situações de interação social tendem a se desenrolar. Daí, ao longo do livro, a preocupação em falar de “superiores” e “inferiores” e como interagir com cada uma delas.

Os modos de endereçamento propostos no livro de Carmem D’Ávila (1951) podem, por sua rigidez, causar certa estranheza diante da aparente mobilidade contemporânea. As demarcações sociais são de tal modo ressaltadas que não seria estranho apontar para uma certa artificialidade do comportamento, que perde, de certa maneira, toda espontaneidade. Trata-se, de fato, de empregar uma série de artifícios – daí o “artificial” – para controlar o corpo, as expressões faciais, os gestos e a voz no sentido de suavizar, ao máximo possível, as interações.

Não por acaso, dentro da metáfora dramatúrgica de análise do social proposta por Goffman (2015), recorda Martino (2009; 2021), talvez não seja de todo errado considerar livros como os de Carmem D’Ávila como uma espécie de “roteiro”, ou mesmo um “script”, das performances sociais a serem adotadas em cada momento – inclusive, como indicado, trazendo algumas personas sociais para primeiro plano ao mesmo tempo em que excluem, ou invisibilizam, outras.

Objetivos de polidez nas gestualidades e posturas corporais

Se é possível tomar a perspectiva trabalhada por Goffman (1982) a respeito das relações entre a ordem da interação e a ordem social, tal como destacado também por Gastaldo (2004) e Martino (2021), o livro de Carmem D'Ávila (1951) permite verificar as expectativas em torno das relações de poder a partir das microinterações focalizadas pela autora. Trata-se, em primeiro lugar, de observar uma dimensão das boas maneiras e da etiqueta como um modo de controle – dos corpos, sobretudo, mas também da linguagem.

O sistema de saudação, por exemplo, é detalhadamente trabalhado no livro, e aparece em mais de um momento como reforço das relações de cortesia que se devem esperar reciprocamente no trato com os outros. Pautado em uma perspectiva de controle do tempo e da velocidade do social, como indicado em outro trabalho (Martino, 2022), esse é o momento principal de demonstração de deferência nas relações.

Um cumprimento, por exemplo, é indicado como “um movimento de cabeça e de busto”, enquanto o aperto de mão é apresentado de maneira igualmente pormenorizada, de modo a não ser muito forte – “de atleta”, como diz o livro, “que têm sua sabedoria na força” (D'Ávila, 1951, p. 34) – nem somente com a ponta dos dedos, o que sugere pouca atenção ou interesse em cumprimentar a outra pessoa. Como lembra Haroche (2000, p. 12), Goffman se refere à deferência cerimonial, estabelecida, segundo a autora, em interações breves e limitadas no espaço e no tempo – no caso, a saudação.

Parece haver, no livro, uma atenção especial ao posicionamento dos corpos no espaço. É preciso que se leve em consideração, nesse ponto, a presença, na obra, da perspectiva de uma diferença fundamental entre as pessoas a partir do regime de movimento dos corpos. Trata-se, nesse ponto, de pensar em que medida, naquele momento, seria possível falar de uma hierarquia social inscrita nos corpos, seus movimentos e expressões.

Nesse aspecto, D'Ávila (1951) recorda em vários momentos do livro que os homens devem sempre caminhar do lado da calçada próximo à rua, assim como devem entrar na frente em restaurantes ou tomar a iniciativa do cumprimento. “Assim é que podemos perceber nos preceitos dos manuais analisados uma certa permanência dos sentidos na busca do equilíbrio e da relação entre civilidade e pecado, ainda que este seja agora muito mais um pecado social do que moral” (Pilla, 2018, p. 227).

À mesa a distribuição é rigorosamente hierárquica, conservando o posto oficial de anfitrião o dono da casa, posicionado na cabeceira da mesa; ao seu lado, o convidado mais importante do lugar, seguido de uma extensa ordem de indicações a respeito de quem pode se sentar – e, portanto, conversar (D'Ávila, 1951, p. 56). A atenção a esse tipo de protocolo não apenas sugere a existência de um meio social relativamente hierárquico em pleno período de meados do século XX, mas também do significado social desse tipo de comportamento.

Esta discussão se pauta em um trecho do livro no qual há uma das poucas menções diretas a uma interação entre classes:

Grandes banquetes exigem o serviço feito pelos criados (homens) vestidos de casaca ou “libré”, luvas de escocia branca e guardanapo sobre o braço esquerdo. As copeiras só servem os jantares íntimos; vestem-se de preto, com touca e colarinho brancos. O avental pode ser preto ou branco, conforme o uso da casa.

Impassíveis, sem tomarem parte, sequer por um sorriso, na conversação dos patrões, os criados devem manter-se perfeitamente corretos (D'Ávila, 1951, p. 115).

Mais uma vez recorrendo a ilustrações, a autora mostra como o posicionamento dos convidados em um jantar, por exemplo, define quem pode conversar com quem – a discrição, presente o tempo todo como um dos fundamentos da convivência social, indica que apenas os vizinhos de cadeira podem conversar entre si, exceção feita a quem estiver diretamente à frente:

Enfim, á mesa, mesmo quando pesem as iguarias no estômago, o espirito deve conservar-se leve. Limitemo-nos a banalidades sociais: fatos do dia, fragmentos de historia e literatura, anedotas não obrigadas a biografias, cuja oportunidade se ajuste a uma expressão feliz (D'Ávila, 1951, p. 159).

O limite desse tipo de interação pautada na ideia de não criar nenhum tipo de problema leva, como nota Véronique Traverso (1997), a uma conversação restrita ao clima e suas mudanças, que, pela elasticidade de sua abrangência, dificilmente causaria algum tipo de controvérsia. Mas não é só o “espírito” a ficar leve: como salienta Pilla (2018), o controle dos gestos à mesa deve passar, sobretudo, a impressão de que se sabe controlar plenamente a própria fome. Trata-se, na perspectiva de Goffman (2010), de uma estratégia de “preservação de face”. A ligação entre boas maneiras e preservação de face é intensa, assinala Luana Barrere (2017, p. 389), uma vez que a polidez “visa organizar e manter a cordialidade no tratamento que os indivíduos oferecem uns aos outros em certas situações de comunicação”.

Do mesmo modo, a maneira como uma pessoa deve inclinar o corpo diante de um superior – a autora se detém particularmente em relação à nobreza, clero e militares – está diretamente ligada à expectativa de respeito que esse tipo de interação parece prever.

Há, pode-se notar, interditos sociais bastante evidentes nesse posicionamento, evitando-se ao máximo situações constrangedoras nas quais duas pessoas de nível hierárquico diferentes fossem obrigadas a manter uma proximidade física incompatível com a expectativa de distância social entre elas. Goffman (2012) entende esse tipo de interação como parte do que elabora como tipos de atenção: a proximidade espacial é pensada, no livro de boas maneiras, enquanto elemento capaz de estimular a atenção focada frontal de maneira quase ininterrupta, diminuindo o espaço de qualquer outro foco.

Uma das poucas referências à etiqueta de outras classes sociais sugere que as recomendações de discrição, feitas ao longo de todo o livro, não valem lá:

E o orador de um retiro espiritual de empregadas domésticas pregava: cumprimentem-se com a alma e o coração; com um bom dia amável, embora heroicamente feito a princípio, e pouco a pouco amenizado, se estabelece, muita vez, um *modus vivendi* indispensável ao convívio entre o pessoal de serviço, para sossego de um lar (D'Ávila, 1951, p. 61).

Mesmo quando a autora presume certa intimidade entre os participantes da interação, a sequência de movimentação espacial das pessoas parece ser bastante demarcada. Quando o noivo vai à casa da noiva, já na condição de alguém aceito para “fazer parte da família” em breve, o cumprimento deve ser ainda com um beijo na mão – mesmo procedi-

mento a ser adotado com pais e padrinhos, apesar da autora reconhecer que já estão em desuso naquele momento.

O código de civilidade estabelece uma linguagem, um modo de comportamento, que é pactuado socialmente: estabelece-se um dever ser e os partícipes do jogo social pactuam que aquele código será utilizado como linguagem, como forma de comunicação e enunciação de si e do outro, tornando o aprendizado do código em partilha do comum (Medeiros, 2018, p. 3)

Não deixa de ser curioso notar uma ausência quase integral no livro a respeito das roupas a seres utilizada nas interações sociais. Ao longo do livro, duas indicações a respeito do vestuário da época para a classe social de origem e destino da obra: chapéu, para os homens, luvas para as mulheres. Não são mencionados outros adereços, indicações de penteado, usos de roupas específicas, adaptação ao clima ou qualquer outra referência mais detalhada sobre os modos de vestir. “Há um recorte implícito que delimita os interlocutores dos textos de D’Ávila. Ao declarar sua convivência entre as classes mais altas, a autora localiza o seu lugar social, bem como, o da construção dos seus discursos” (Cunha; Santos, 2017, p. 199).

Há considerações a respeito dos trajes de casamento, com uma descrição de vestidos de noiva, e as regras a serem utilizadas durante um período de luto – em linhas gerais, com o uso inicial do preto sendo progressivamente abandonado de acordo com o tempo decorrido do falecimento de alguém próximo. Fora isso, uma única referência, ainda no início do livro, sobre a necessidade de se utilizarem cores escuras e discretas, que permitam à pessoa “desaparecer na multidão”, conforme a ideia do livro.

Pode-se notar isso a partir de uma referência ao uso de maquiagem:

A mulher deve ou não pintar-se? *That is the question*. Deixamos a discussão aos moralistas e higienistas. [...] Todavia, disfarçar as rugas de um rosto amarrutado como um pergaminho, desfazer o encontro dos supercílios cerrados, delir marcas de sol provenientes dos esportes, é ceder à ideia, muito francesa, de causar prazer aos outros, concorrendo para uma estética geral (D’Ávila, 1951, p. 35).

Trata-se, em uma leitura a partir de Goffman (2010), de uma estratégia compatível com a proposta da obra de evitar constrangimentos: a discríção pode ser entendida como uma tentativa de ser objeto do que o autor canadense denomina “desatenção civil”, isto é, o direito, quase o privilégio, de ser ignorada ou ignorado ao andar na rua ou participar de uma interação. A desatenção civil não se confunde com a falta de atenção a uma pessoa, em um caso limite de interação desfocada; trata-se do direito de uma pessoa de não ser destacada, em uma situação, por alguma de suas características.

Observe-se que, no momento em que o livro é escrito, a responsabilidade de não chamar a atenção é atribuída à pessoa, não ao grupo ou sociedade que a cerca: a preocupação em fazer o possível para não ser notado cabe ao indivíduo, não ao coletivo.

Considerações finais

A leitura, a partir de uma perspectiva micro-interacional, de “Boas Maneiras”, de Carmen D’Ávila (1951) permite observá-lo como uma complexa trama de fios que se ligam tanto a questões sociais mais amplas, dentro de uma perspectiva da institucionalização da ideia de “polidez” e “boas maneiras” como parte de um conjunto maior de “civildade” quanto ao nível cotidiano das interações consideradas, aparentemente, mais insignificantes.

A comunicação interpessoal existente no micro-nível das interações polidas parece se tornar um fim em si mesma no contexto de situações delimitadas em termos de suas condições, dinâmicas e objetivos. No âmbito das condições, ressaltou-se o aspecto de sua inscrição nas questões mais amplas da Modernidade; em termos de dinâmicas, procurou-se observar como essas micro-interações polidas são reveladoras de questões sociais relativas ao destaque ou apagamento de elementos de classe, idade, gênero e etnia. Finalmente, no que tange aos objetivos, notou-se a prevalência da gestualidade e das posturas corporais como parte das atitudes consideradas polidas.

Trata-se de uma possibilidade de observar as modalidades de endereçamento presentes em um tipo de comunicação interpessoal que tem, como objetivo principal, não necessariamente entabular uma conversa mais profunda ou uma relação mais duradoura, mas demonstrar sua própria efetividade enquanto uma espécie de prelúdio para outras práticas sociais.

Referências

ALVES, Gláucia da Rosa do Amaral; BECKER, Elsbeth Léia Spode. Manuais de Etiqueta e Civildade e sua Influência na Condução Social Feminina no Brasil (1940-1960). **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 2, p. 42-65, 2019.

BARRERE, Luana Lisboa. Face e polidez linguística em reclamações *online*: uma análise sob o viés pragmático. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 383-405, jan./jun. 2017.

BLITVICH, Pilar G-C. A genre approach to the study of im-politeness. **International review of pragmatics**, Vol. 2, no. 1, 2010, pp. 46-94.

BOM, Isabelle V. D.; GRAINGER, Karen. Introduction. **Journal of politeness research**, Vol. 11, no. 2, 2015, pp. 165-178.

BOM, Isabelle V. D.; MILLS, Sara. A discursive approach to the analysis of politeness data. **Journal of Politeness Research**, Vol. 11, no. 2, 2015, pp. 179-206.

BRAGA, José L. Interação como contexto da comunicação. **Matrizes**, Vol. 6, nos. 1-2, 2012, pp. 1-20.

BROWN, Penelope. Politeness and language. **International Encyclopaedia of the Social & Behavioural Sciences**, 2a. Edição, Vol. 18, 2015, pp. 326-330.

CUNHA, Gustavo X.; OLIVEIRA, Ana L. A. M. Teorias de im/polidez linguística: revisitando o estado da arte para uma contribuição teórica sobre o tema. **Estudos de Linguagem**, Vol. 18, no. 2, Maio-Agosto 2020, pp. 135-162.

CUNHA, Maria T. S.; SANTOS, Márcia R. Preceitos para bem viver: um estudo sobre manuais de civilidade e etiqueta na década de 1950. **Comunicações**, Vol. 24, no. 3, ser-dez. 2017, pp. 191-211.

FERRARESE, Estelle. Espace public et civilité. Aux origines d'une relation normative. **Revue des sciences sociales**, Vol. 29, no.1, 2002, pp. 16-22;

FUKUSHIMA, Saeko. Evaluation of politeness: The case of attentiveness. **Multilingua**, Vol. 23, no. 1, 2004, pp. 365-387.

FUKUSHIMA, Saeko. In search of another understanding of politeness. **Journal of politeness research**, Vol. 11, no. 2, 2015, pp. 261-287.

FUMAT, Yveline. La civilité peut-elle s'enseigner?. **Revue française de pédagogie**, Vol. 132, no 1, 2000, pp. 101-113.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Rituais de Interação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOFFMAN, E. Symbols of class status. **The British Journal of Sociology**, Vol. 2, No. 4, Dezembro 1951, pp. 294-304.

HAROCHE, Claudine. Le comportement de déférence. **Communications**, Vol. 69, no. 1, 2000, pp. 5-26;

HAROCHE, Claudine. Manières de regarder dans les sociétés démocratiques contemporaines. **Communications**, Vol. 75, no. 1, 2004, pp. 147-169;

HAUGH, Michael; CHANG, Wei-Lin M. Understanding im/politeness across cultures: an interactional approach to raising sociopragmatic awareness. **International Review of Applied Linguistics in Language Teaching**, Vol. 53, no. 4, 2016, pp. 389-414.

KALEKIN-FISHMAN, Devorah; HISCOCK, Michel. Jeux, rituels et théâtre : éléments de la grammaire d'action sociale de Goffman. **Cahiers de sociologie économique et culturelle**, Vol. 10, no. 1, 1988. pp. 81-94;

MARTINO, Luís M. S. **Teoria da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARTINO, Luís M. S. **10 lições sobre Goffman**. Petrópolis: Vozes, 2021.

MARTINO, Luís M. S. **Sem tempo para nada**. Petrópolis: Vozes, 2022.

MEDEIROS, Maria C. E-H. **Regras de convivência**: um estudo sobre etiqueta e manuais de civilidade no Brasil. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2017 (Dissertação de Mestrado em Educação).

MEDEIROS, Maria C. Etiqueta e consumo: uma narrativa dos modos de ser em manuais de civilidade. **COMUNICON**, 7, 2018. **Anais...** São Paulo: ESPM, 10 e 11 de outubro de 2018.

MEDEIROS, Maria C.; SICILIANO, Tatiana. A moda e os modos na Social. **dObras**, Vol. 36, no. 1, set-dez. 2022, pp. 144-163.

NODOUSHAN, Mohammad A. S. Rethinking face and politeness. **International Journal of Language Studies**. Vol. 6, no. 4, 2012, pp. 120-143.

PAULINELLI, Maysa P. T.; SANTOS, Gilmar B. **Trem de Letras**, Vol. 8, no. 1, 2021, pp. 1-29.

PICARD, Dominique. De la communication à l'interaction : l'évolution des modèles. **Communication et langages**, Vol. 93, no. 1, 3o semestre de 1992. pp. 69-83.

PICARD, Dominique. La ritualisation des communications sociales. **Communication et langages**, Vol. 108, no. 1, 2o. trimestre de 1996, pp. 102-115.

PILLA, Maria C. B. A. Dominando a própria carne: gula, temperança e boas maneiras à mesa nos manuais de civilidade. **Diálogos**, Vol. 22, no. 1, 2018, pp. 218-228.

ROCHA, Rita C. L. **Manuais de civilidade e educação**: "a conduta da juventude feminina", de Sophie Christ. Piracicaba: Unimed, 2018 (Doutorado em Educação)

RUDICK, Kyle; McGEOUCH, Danielle D. Toward a performative understand of politeness. **International journal of communication**, Vol. 13, no. 1, 2019, pp. 2839-2858.

RUSKO, Tatjana. Politeness and cooperation principles in communication. **Language in Different Contexts**. Vol. 6, no. 1, 2014, pp. 89-97.

SANTOS, Márcia R. Educar para (com)viver: formação em manuais de civilidade à luz do tempo presente. **Cadernos do Tempo Presente**, Vol. 8, no. 4, jul-dez. 2017, pp. 67-78.

SILVA, Aurelio J.. Análise a respeito do decoro nas ciências sociais: uma aproximação conceitual. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 52, 2019, pp. 117- 127.

STRANG, Bernadete L. S.; SANTOS, Fabiane L. M. Para casar: as boas maneiras e a economia doméstica na formação das normalistas brasileiras nas décadas de 1940 a 1960. **Imagens da educação**, Vol. 7, no. 1, 2017, pp. 14-23.

TERKOURAFI, Marina. From Politeness1 to Politeness2: taking norms of im/politeness across time and space. **Journal of politeness research**, Vol. 7, no. 1, 2011, pp. 159-185.

TRAVERSO, Véronique. La pluie et le beau temps dans les conversations quotidiennes. Aspects rituels et thématiques. **Sciences de la société**, Vol. 41, no. 1 1997, pp. 145-165;

VILKKI, Liisa. Politeness, face and facework: Current issues. **SKY journal of linguistics**, Vol. 19, no. 1, 2002, pp. 322-332.

Vincent, David. Les enjeux de l'analyse conversationnelle ou les enjeux de la conversation. **Revue québécoise de linguistique**, Vol. 30, no 1, 2001, pp. 177-198.

WATTS, Richard J. A socio-cognitive approach to historical politeness. **Journal of Historical Pragmatics**, Vol. 12, nos. 1-2, 2011, pp. 104-132.

Revisão: Anna Carolina N. F. Martino (annacmartino@gmail.com).